

Lajeado Energia S.A.

CNPJ/MF nº 03.460.864/0001-84



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

**Senhores Acionistas:**  
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	185.371	93.910	443.373	349.654
Títulos a receber	6	707	736		
Concessionárias	5	75.864	74.115	76.793	75.232
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	8	3.167	424	6.141	424
Outros tributos compensáveis	8	8.617	7.724	18.296	9.985
Dividendos a receber	11	27.840	29.128		
Estoques	14			8.275	7.782
Prêmio de risco - GSF	13	2.702	2.702	2.750	2.750
Rendas a receber	7			3.402	5.217
Outros créditos	15	3.637	48	4.466	983
Total do Ativo Circulante		307.905	208.787	563.496	452.027
Não circulante					
Títulos a receber	6	7.677	8.140		
Prêmio de risco - GSF	13	11.481	14.183	11.685	14.435
Outros créditos	15	686	260	2.972	2.338
		19.844	22.583	14.657	16.773
Investimentos	16	966.933	994.132		
Imobilizado	17	689	761	921.361	954.061
Intangível	18	187.469	203.175	483.841	517.237
		1.155.091	1.198.068	1.405.202	1.471.298
Total do Ativo Não circulante		1.174.935	1.220.651	1.419.859	1.488.071
TOTAL DO ATIVO		1.482.840	1.429.438	1.983.355	1.940.098

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	19	22.253	28.166	12.733	20.146
Debêntures	20	154.339	5.228	154.339	5.228
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	21			10.393	10.879
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	8	128.096	105.149	128.096	110.780
Outros tributos a recolher	8	13.309	12.665	24.162	24.460
Dividendos	11	227.830	202.803	240.944	216.389
Benefícios pós-emprego	22			60	44
Uso do bem público	23			8.003	8.224
Provisões	24			5.411	6.434
Outras contas a pagar	15	5.954	4.866	9.475	8.203
Total do Passivo Circulante		551.781	358.877	593.616	410.787
Não circulante					
Debêntures	20	199.710	349.210	199.710	349.210
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	21			86.852	92.078
PIS e COFINS diferidos	9	1		26	19
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	9	25.261	28.597	51.352	44.549
Benefícios pós-emprego				1.227	1.121
Uso do bem público	23			62.887	68.578
Provisões	24	1.519	479	19.924	18.783
Outras contas a pagar	15	664	1.226	1.838	2.468
Total do Passivo Não circulante		227.155	379.512	423.816	576.806
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	25.1	6.868	6.868	6.868	6.868
Reservas de capital	25.3	579.203	579.203	579.203	579.203
Reservas de lucros	25.3	117.335	104.508	117.335	104.508
Outros resultados abrangentes		498	470	498	470
Total do Patrimônio líquido		703.904	691.049	703.904	691.049
Participações não controladores				262.019	261.456
Total do Patrimônio líquido e Participações dos acionistas não controladores		703.904	691.049	965.923	952.505
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		1.482.840	1.429.438	1.983.355	1.940.098

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)					
		Controladora		Consolidado	
	Nota	2023	2022	2023	2022
Receitas	26	747.889	749.958	808.943	817.325
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	27				
Custo do serviço de energia elétrica		(91.331)	(134.322)	(92.386)	(131.932)
Custo de operação		(135.645)	(154.598)	(63.730)	(64.533)
		(226.976)	(288.920)	(156.116)	(196.465)
Lucro bruto		520.913	461.038	652.827	620.860
Despesas e Receitas operacionais	27				
Despesas gerais e administrativas		(49.279)	(47.959)	(59.163)	(58.255)
Outras despesas e receitas operacionais		(1.356)	(3)	(4.214)	(33)
		(50.635)	(47.962)	(63.377)	(58.288)
Resultado das participações societárias	16	66.584	80.560		
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		536.862	493.636	589.450	562.572
Resultado Financeiro	28				
Receitas financeiras		16.599	11.613	47.943	33.003
Despesas financeiras		(49.599)	(59.987)	(74.002)	(89.390)
		(33.000)	(48.374)	(26.059)	(56.387)
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		503.862	445.262	563.391	506.185
Tributos sobre o lucro	29				
Imposto de renda e contribuição social correntes		(158.308)	(134.653)	(183.092)	(167.903)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.336	217	(6.782)	2.340
		(154.972)	(134.436)	(189.874)	(165.563)
Lucro líquido do exercício		348.890	310.826	373.517	340.622
Atribuível aos acionistas controladores		348.890	310.826	348.890	310.826
Atribuível aos acionistas não controladores				24.627	29.796
Resultado por ação atribuível aos acionistas	30				
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)					
ON		1,43971	1,28264	1,43971	1,28264
PNA		2,12498	1,89315	2,12498	1,89315
PNB		1,43971	1,28264	1,43971	1,28264

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)					
	Controladora		Consolidado		
	2023	2022	2023	2022	
Resultado líquido do exercício	348.890	310.826	373.517	340.622	
Outros resultados abrangentes					
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado					
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego			59	347	
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	28	167			
Imposto de renda e contribuição social diferidos			(21)	(118)	
	28	167	38	229	
Resultado abrangente do exercício	348.918	310.993	373.555	340.851	
Atribuível aos acionistas controladores	348.918	310.993	348.918	310.993	
Atribuível aos acionistas não controladores			24.637	29.858	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)					
	Controladora		Consolidado		
	2023	2022	2023	2022	
<b>Geração do valor adicionado</b>	<b>851.127</b>	<b>854.875</b>	<b>925.672</b>	<b>936.642</b>	
Receita operacional	850.830	854.843	918.493	929.459	
Receita relativa à construção de ativos próprios	238	32	7.112	7.165	
Outras receitas	59		67	18	
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(106.972)</b>	<b>(152.094)</b>	<b>(134.362)</b>	<b>(171.668)</b>	
Custos da energia comprada	(28.839)	(83.379)	(29.007)	(80.185)	
Encargos de uso da rede elétrica	(71.774)	(64.604)	(72.767)	(65.497)	
Materiais	22	(13)	(5.218)	(3.581)	
Serviços de terceiros	(2.059)	(1.230)	(18.677)	(16.835)	
Outros custos operacionais	(4.322)	(2.868)	(8.693)	(5.570)	
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>744.155</b>	<b>702.781</b>	<b>791.310</b>	<b>764.974</b>	
<b>Retenções</b>					
Depreciações e amortizações	(44.738)	(44.735)	(85.427)	(86.213)	
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>699.417</b>	<b>658.046</b>	<b>705.883</b>	<b>678.761</b>	
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>					
Receitas financeiras	20.688	15.545	53.903	38.042	
Resultado da equivalência patrimonial	66.584	80.560			
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>786.689</b>	<b>754.151</b>	<b>759.786</b>	<b>716.803</b>	
<b>Distribuição do valor adicionado</b>					
Pessoal					
Remuneração direta	2.137	1.990	15.305	14.866	
Benefícios	533	413	3.498	3.194	
FGTS	109	92	1.202	1.031	
Impostos, taxas e contribuições					
Federais	236.509	211.550	291.404	266.977	
Estaduais	1	2	496	412	
Municipais			113	79	
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros	49.599	59.987	74.002	89.390	
Aluguéis	148.911	169.291	249	232	
Remuneração de capital próprio					
Juros sobre capital próprio	33.985	32.583	33.985	32.583	
Participações dos não controladores			24.627	29.796	
Dividendos	115.963	144.025	115.963	144.025	
Partes beneficiárias	34.889	31.082	34.889	31.082	
	<b>622.636</b>	<b>651.015</b>	<b>595.733</b>	<b>613.667</b>	
Lucros retidos	164.053	103.136	164.053	103.136	
	<b>786.689</b>	<b>754.151</b>	<b>759.786</b>	<b>716.803</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2023	2022	2023	2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		503.862	445.262	563.391	506.185
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>					
Títulos a receber - variações monetárias e AVP		(1.106)	(1.257)		
Depreciações e amortizações		44.738	44.735	85.427	85.931
Direito de Concessão - GSF					(3.269)
Encargos de dívidas, variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures e AVP		49.418	56.928	69.228	75.717
Uso do bem público - atualização monetária e AVP				2.409	6.773
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		46	38	5.877	4.328
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP				892	1.346
Resultado de participações societárias		(66.584)	(80.560)		
Amortização do prêmio de risco - GSF		2.702	2.700	2.702	2.700
Outros		2.271	5.158	1.603	5.011
		<b>535.347</b>	<b>473.004</b>	<b>731.529</b>	<b>684.722</b>
<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>					
Concessionárias		(1.749)	2.783	(1.561)	2.606
Imposto de renda e contribuição social a compensar			68		68
Outros tributos compensáveis		(26.917)	(32.689)	(46.044)	(36.934)
Rendas a receber				15.921	(2.289)
Outros ativos operacionais		(4.250)	(35)	(4.713)	(1.212)
		<b>(32.916)</b>	<b>(29.873)</b>	<b>(36.397)</b>	<b>(37.761)</b>
<b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>					
Fornecedores		(5.913)	7.099	(21.519)	2.874
Outros tributos a recolher		18.876	28.180	18.876	34.371
Provisões		994	(9)	(16.897)	(9.442)
Uso do bem público				(8.321)	(7.795)
Outros passivos operacionais		(1.930)	(8.778)	(1.922)	(9.476)
		<b>12.027</b>	<b>26.492</b>	<b>(29.783)</b>	<b>10.532</b>
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>		<b>514.458</b>	<b>469.623</b>	<b>665.349</b>	<b>657.493</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(129.908)	(145.620)	(160.222)	(171.898)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>384.550</b>	<b>324.003</b>	<b>505.127</b>	<b>485.595</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Dividendos recebidos		61.463	15.916		
Adições ao Imobilizado e Intangível		(238)	(32)	(7.112)	(6.270)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de investimento</b>		<b>61.225</b>	<b>15.884</b>	<b>(7.112)</b>	<b>(6.270)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Títulos recebidos		1.724	433		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(305.939)	(279.647)	(328.673)	(285.512)
Captação de empréstimos e financiamentos			199.370		199.370
Pagamentos de encargos de dívidas		(49.807)	(203.453)	(75.203)	(211.032)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(292)	(139)	(420)	(386)
<b>Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamet</b>	32.1	<b>(354.314)</b>	<b>(283.436)</b>	<b>(404.296)</b>	<b>(297.560)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>					
		<b>91.461</b>	<b>56.451</b>	<b>93.719</b>	<b>181.765</b>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		185.371	93.910	443.373	349.654
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		93.910	37.459	349.654	167.889
		<b>91.461</b>	<b>56.451</b>	<b>93.719</b>	<b>181.765</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**1 Contexto operacional**

A Lajeado Energia S.A. (Companhia, Lajeado ou Controladora), sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de São Paulo - SP, controlada da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), tem como principal objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza, preparação de estudos de viabilidade e projetos, promoção da construção, da operação e da manutenção de usinas de geração. A Companhia poderá, ainda, participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

A Companhia detém 73% do capital votante e 62,39% do capital total da Investco S.A. (Investco ou controlada), sociedade anônima de capital aberto que tem como objeto principal, a elaboração de estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizada nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

**1.1 Concessão**

A Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Companhia, titular de 72,27%, CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Investco, titular de 1%. Portanto as referidas empresas, em conjunto, são as concessionárias da UHE Lajeado, formando o Consórcio Usina Lajeado. O Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado tem prazo de 35 anos contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2035, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5MWm, representando uma potência total instalada de 902,5MWm, uma potência assegurada de 823,3MWm e uma garantia física de 479,9MWm (Nota 3.1).

Em 28 de julho de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 12.255/2022 alterando o término da vigência da outorga de concessão da UHE Lajeado de 15 de janeiro de 2033 para 22 de setembro de 2035 que representa um acréscimo de 980 dias.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de “Produtor Independente”, nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48MW e 2.877.660MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviço público de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais têm compromissos.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado entre as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 6), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Como a Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, a Companhia e as demais consorciadas são responsáveis pelo pagamento do arrendamento para a Investco. O contrato de concessão não está no alcance do CPC 06 (R2) e segue avaliado como um arrendamento operacional, uma vez que os bens serão revertidos para a União quando do término do Contrato de concessão.

**1.1.1 Uso do bem público**

A Investco, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondentes a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, atualizado em 31 de dezembro de 2023 de R\$8.233, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2023, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$70.890 (R\$76.802 em 31 de dezembro de 2022). Em caso de falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, à juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

**1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D**

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE.

**2 Base de preparação**

**2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e da controlada em continuar operando normalmente e está convencida de que ambas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia e de sua controlada não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre suas capacidades de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstração financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 26 de fevereiro de 2024. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

**2.2 Práticas contábeis**

As práticas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

**2.3 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 31.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial.

**2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de sua controlada se baseia em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercício subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprevisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e sua controlada revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.8.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras individuais e consolidadas nos próximos exercício, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 5); Determinação da receita com arrendamento (Nota 7e 26); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.8); Arrendamentos e Aluguéis; Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 17 e 18); Provisões fiscais e civis (Nota 24.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 24.2) e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 31.1.2.1).

**2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia e de sua controlada, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**2.6 Demonstrações Financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia e sua controlada (Nota 16).

A Companhia controla a Investco e efetua a consolidação integral de suas demonstrações financeiras individuais.

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre a Companhia e sua controlada.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora na sua controlada direta;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e a sua controlada;
- As datas das demonstrações financeiras da controlada utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincidem com as da Companhia; e
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

**2.7 Informações por segmento**

A Companhia administra os seus negócios como um único segmento operacional, composto pela atividade de geração e comercialização da energia elétrica gerada pela UHE Lajeado por meio de contratos de médio e longo prazo e também junto à CCEE. Tal segmento concentrou em 2023 89% (89% em 2022) da receita operacional bruta consolidada.

**2.8 Redução ao valor recuperável**

A Administração da Companhia e de sua controlada revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

**Ativo financeiro**

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis exceto para Concessionárias (Nota 5). São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

**Ativo não financeiro**

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no exercício citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável.

**2.9 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes**

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

**2.9.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC**

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou Não circulantes; (ii) Adiamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), <i>Amendments to IFRS 17 (2020)</i> e <i>Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information</i> (2021).	IAS 36/ IAS 7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7/ IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 22: CPC 15 (R1), CPC 27, CPC 20 (R1) e CPC 41	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência da revogação do CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.	IAS 7/ IAS 16/ IAS 23/ IAS 33	Pronunciamento	04/08/2023
OCCP 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros para Fins Gerais	As alterações trazem apenas ajustes de redação e de referências em razão de atualizações ocorridas em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC que têm correspondência com as normas emitidas pelo IASB, não contemplando qualquer alteração de mérito na norma original.	N/A	Orientação	04/08/2023
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32, CPC 40 (R1)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores.	IAS 7/ IAS 12/ IFRS 7	Pronunciamento	01/12/2023
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante: Passivos Não Circulantes com Covenants e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento ( <i>sale and leaseback</i> ).	IAS 1/ IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2024
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025

2.9.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas / CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto	IFRS 10 / IAS 28	Pronunciamento	Indetermina-do

Em relação ao normativo em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia e sua controlada estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Eventos significativos no período

3.1 Medidas da ANEEL para regulação de contratação de energia

Publicação	Descrição	Status
Portaria Normativa nº 709 de 30 de novembro de 2022	Em 02 de dezembro de 2022 o MME publicou a Portaria Normativa nº 709, de 30 de novembro de 2022, aprovando a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações que constam no Relatório “Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN”, de 22 de novembro de 2022, atualizado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE e pelo Ministério de Minas e Energia.	A partir de 1º de janeiro de 2023, o Consórcio está em conformidade com a nova garantia física, que passou de 505,1MWm para 479,9MWm.
REN nº 1.063 de 10 de maio de 2023	Em 10 de maio de 2023 foi publicada a REN nº 1.063, alterando a REN nº 846, de 11 de junho de 2019, com vistas a estabelecer procedimentos e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia associados à segurança de barragens de usinas hidrelétricas fiscalizadas pela ANEEL, de acordo com o que determina a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.	A Companhia está cumprindo as exigências estabelecidas quanto a segurança de barragens, caso a Companhia não atenda, poderá sofrer penalidades que podem chegar a 2% da sua receita.
Despacho nº 4.832 de 15 de dezembro de 2023	Em 15 de dezembro de 2023 foi publicado Despacho nº 4.832/2023, anuindo previamente ao pedido para celebração de Contratos de Compra e Venda de Ativos entre a Controlada Investco, Vendedora, e suas Partes Relacionadas EDP Transmissão SP-MG e EDP Transmissão Aliança, Compradoras, conforme proposta apresentada.	A controlada Investco está aguardando anuência da ANEEL para alienação de quatorze Torres de Emergência Triangulares - TET, através da celebração dos contratos de compra e venda de ativos.

3.2 Ações preferenciais resgatáveis

Com a assinatura do Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 005/1997-ANEEL, que tem por objetivo formalizar a extensão do prazo de vigência da outorga da UHE Lajeado, nos termos da Resolução Autorizativa nº 12.255, de 5 de julho de 2022, e da Resolução Homologatória nº 2.932, de 14 de setembro de 2021, os acionistas, que são detentores das Ações preferencias resgatáveis de classes “A”, “B” e “C” passam a ter direito a mais 32 parcelas de juros (Nota 21), consequentemente, a liquidação do Capital Social Investco S.A. será no final do novo prazo de concessão, conforme nota 1.1.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	1.124	1.613	2.741	23.547
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	184.247	92.297	440.632	326.107
Total	185.371	93.910	443.373	349.654

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Os investimentos financeiros da Companhia e de sua controlada estão remunerados a taxas que variam entre 98,00% e 103,25% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia e de sua controlada a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 31.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de caixa da Companhia e de sua controlada são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

5 Concessionárias

	Controladora		Consolidado	
	Circulante	31/12/2022	Circulante	31/12/2022
Concessionárias				
Suprimento de energia elétrica	71.757	70.413	72.584	71.338
Energia de curto prazo	268	304	286	417
Encargos de uso da rede elétrica	3.709	3.366	3.793	3.445
Outros créditos	130	32	130	32
Total	75.864	74.115	76.793	75.232

Os saldos são totalmente vencidos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e da controlada.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia e sua controlada avaliaram seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia e sua controlada não identificaram a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que se mostram materiais e controláveis.

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito está divulgada na nota 31.2.5.

6 Títulos a receber

	Controladora			
	Circulante		Não circulante	
Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ações preferenciais das classes “A”, “B” e “C”	6.1	707	736	17.252
(-) AVP - Ações preferenciais das classes “A”, “B” e “C”				(9.575)
Total	707	736	7.677	8.140

6.1 Ações preferenciais das classes resgatáveis “A”, “B” e “C”

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes “A”, “B” e “C” emitidas pela Investco no montante original de R\$12.779, onde, de acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Investco, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social (Nota 21.1).

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes “A” e “C”, terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos.

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$8.384 (R\$8.876 em 31 de dezembro de 2022) contempla o montante original e os juros até 2035 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação das ações.

Devido às suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro receável por satisfazerem a definição de ativo financeiro, pelo fato da Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para a Companhia, conforme determina o item 19 do CPC 39.

7 Rendas a receber

	Consolidado			
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Paulista Lajeado			1.352	
CEB Lajeado			3.402	3.865
			3.402	5.217

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001 e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Investco arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Companhia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Investco, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Nota 1.1).

Este arrendamento é contabilizado mensalmente como arrendamento operacional, de acordo com o CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento, pois a operação da usina é de responsabilidade da Investco, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários. Os saldos são todos vencidos e estão apresentados ao custo amortizado.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Investco receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% a.a. corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo são projetados. Decorrido o exercício, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

A variação no exercício da rubrica de Rendas a receber, em contrapartida da receita de Arrendamentos e aluguéis (Nota 26), é decorrente, substancialmente, da combinação de três fatores: (i) efeito do IPCA realizado em relação ao projetado de 3,66 p.p. para o exercício de 2023; (ii) aumento do IPCA projetado para o exercício de 2023 em relação ao exercício anterior de 0,88 p.p.; e (iii) menor coeficiente de ajuste do contrato de arrendamento entre os exercícios.

8 Impostos e contribuições sociais

	Controladora					
	Saldo em	Atualização	Adiantamentos	Transferência	Saldo em	
Nota	31/12/2022	monetária	Pagamentos		31/12/2023	
Ativos compensáveis						
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8.1	424	321	25.662	(23.240)	3.167
Total Circulante	424	-	321	25.662	(23.240)	3.167
Outros tributos compensáveis				(5)		-
ICMS	-	5			(23.329)	1.227
PIS e COFINS	166	24.248	142		(2.600)	2.327
IRRF sobre aplicações financeiras	2.263	2.664			(5.270)	5.038
IRRF sobre juros s/ capital próprio	5.270	5.038			25	25
Outros	25					
Total Circulante	7.724	31.955	142	(5)	(31.199)	8.617
Passivos a recolher						
Imposto de renda e contribuição social a recolher	105.149	158.308		(104.251)	(31.110)	128.096
Total Circulante	105.149	158.308	-	(104.251)	(31.110)	128.096
Outros tributos a recolher				(44)		-
ICMS	5	39		(58.930)	(23.329)	8.182
PIS e COFINS	7.718	82.723		(292)		16
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	41	267		(4.887)		5.097
IRRF sobre juros s/ capital próprio	8.2	4.887		(88)		14
Encargos com pessoal	14	88				
Total Circulante	12.665	88.214	-	(64.241)	(23.329)	13.309





NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Consolidado					Saldo em 31/12/2023
		Saldo em 31/12/2022	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Transfe-rência	
<b>Ativos compensáveis</b>							
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8.1	424		321	49.716	(5) (44.315)	6.141
Total Circulante		<b>424</b>	-	<b>321</b>	<b>49.716</b>	<b>(5) (44.315)</b>	<b>6.141</b>
Outros tributos compensáveis							
ICMS		-	5		(5)		-
PIS e COFINS		1.007	28.889	853	(24.734)		6.015
IRRF sobre aplicações financeiras		3.683	9.212		(5.677)		7.218
IRRF sobre juros s/ capital próprio		5.270	5.038		(5.270)		5.038
Outros		25					25
Total Circulante		<b>9.985</b>	<b>43.144</b>	<b>853</b>	<b>(5)</b>	<b>- (35.681)</b>	<b>18.296</b>
<b>Passivos a recolher</b>							
Imposto de renda e contribuição social a recolher		110.780	183.092		(110.511)	(55.265)	128.096
Total Circulante		<b>110.780</b>	<b>183.092</b>	-	<b>(110.511)</b>	<b>- (55.265)</b>	<b>128.096</b>
Outros tributos a recolher							
ICMS		160	534		(678)	(12)	4
PIS e COFINS		9.658	104.597		(79.703)	(5) (24.735)	9.812
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		230	1.647		(1.740)		137
IRRF sobre juros s/ capital próprio	8.2	13.975	13.778		(13.980)	5	13.778
Encargos com pessoal		437	4.297		(4.314)	11	431
Total Circulante		<b>24.460</b>	<b>124.853</b>	-	<b>(100.415)</b>	<b>(5) (24.731)</b>	<b>24.162</b>

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e sua controlada apresentam os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) são compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia ou sua controlada liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

8.1 Imposto de renda e contribuição social

O saldo de R\$3.167 (R\$424 em 31 de dezembro de 2022) refere-se substancialmente aos créditos de exercícios anteriores.

8.2 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia e de sua controlada, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos à título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 5.097 são relativos aos JSCPs deliberados no exercício de 2023, que será integralmente liquidado em janeiro de 2024.

9 Tributos diferidos

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Passivo Não circulante 31/12/2023	31/12/2022	Passivo Não circulante 31/12/2023	31/12/2022
PIS e COFINS		1		26	19
Imposto de renda e contribuição social	9.1	25.261	28.597	51.352	44.549
Total		<b>25.262</b>	<b>28.597</b>	<b>51.378</b>	<b>44.568</b>

9.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

10 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos (Nota 11), dos saldos a pagar e a receber relativos ao contrato de arrendamento da UHE Lajeado (Notas 7 e 19) e dos montantes a pagar e a receber relativos às ações preferenciais da classe "A", "B" e "C" da Investco (Notas 7 e 21), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentados como segue:

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Controladora						Receitas (Despesas)	
				Ativo Circulante		Passivo Circulante		Não circulante		Operacionais	
				31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022
<b>Concessionárias (Nota 5)</b>											
<b>Suprimento de energia elétrica</b>											
EDP São Paulo	Controle comum	304,24	01/01/2008 a 31/12/2037	3	3					31	29
EDP São Paulo	Controle comum	306,89	01/01/2009 a 31/12/2038	18	16					144	134
EDP São Paulo	Controle comum	271,71	01/01/2009 a 31/12/2038	57	51					468	439
EDP Trading	Controle comum		01/03/2021 a 31/12/2024	9.645	9.513					120.833	119.908
EDP Trading	Controle comum		01/01/2022 a 31/01/2022								6.917
EDP Trading	Controle comum		01/02/2022 a 28/02/2022								1.781
EDP Trading	Controle comum		01/03/2022 a 31/03/2022								2.430
EDP Trading	Controle comum		01/04/2022 a 30/04/2022								2.441
EDP Trading	Controle comum		01/05/2022 a 31/05/2022								9.660
EDP Trading	Controle comum		01/01/2022 a 31/12/2022		2.502						2.502
EDP Trading	Controle comum		01/02/2022 a 30/06/2023								
EDP Espírito Santo	Controle comum	302,76	01/01/2008 a 31/12/2037	6	5					67	29
EDP Espírito Santo	Controle comum	305,39	01/01/2009 a 31/12/2038	14	9					121	134
EDP Espírito Santo	Controle comum	284,40	01/01/2009 a 31/12/2038	47	42					395	378
				<b>9.790</b>	<b>12.141</b>	-	-	-	-	<b>122.059</b>	<b>146.782</b>
<b>Fornecedores (Nota 19)</b>											
<b>Arrendamento UHE Lajeado</b>											
Investco	Controlada direta		15/01/1998 a 15/01/2033			12.417	14.106			(149.009)	(169.273)
				-	-	<b>12.417</b>	<b>14.106</b>	-	-	<b>(149.009)</b>	<b>(169.273)</b>
<b>Suprimento de energia elétrica</b>											
EDP Trading	Controle comum		01/01/2022 a 31/12/2022				5.185			(3.995)	(72.592)
<b>Uso do sistema de transmissão</b>											
Mata Grande Transmissora	Controle comum		01/11/2001 a 31/01/2033			2	1			(19)	(8)
EDP Transmissão Aliança	Controle comum		04/01/2020 a 31/01/2033			52	53			(477)	(412)
EDP Transmissão Litoral Sul	Controle comum		04/01/2020 a 31/01/2033			5	5			(57)	(34)
EDP Transmissão SP-MG	Controle comum		01/01/2021 a 31/01/2033			56	64			(549)	(436)
EDP Goiás	Controle comum (*)		01/11/2001 a 01/01/2033			28	23			(298)	(239)
				-	-	<b>143</b>	<b>5.331</b>	-	-	<b>(5.395)</b>	<b>(73.721)</b>
<b>Outras contas a pagar (Nota 15)</b>											
<b>Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)</b>											
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2019 a 31/12/2027						276	(2.356)	(2.067)
<b>Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (b)</b>											
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2015 a 31/12/2026						12	(260)	(225)
EDP São Paulo	Controle comum		01/01/2021 a 31/12/2022						3	(3)	(6)
<b>Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice (c)</b>											
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2019 a 31/12/2023						141	(898)	(771)
				-	-	-	-	-	<b>432</b>	<b>(3.517)</b>	<b>(3.069)</b>
				<b>9.790</b>	<b>12.141</b>	<b>12.560</b>	<b>19.437 Consolidado</b>	-	<b>432</b>	<b>(35.862)</b>	<b>(99.281)</b>
	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo Circulante		Passivo Circulante		Não circulante		Receitas (Despesas)	
				31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Operacionais	2022
<b>Concessionárias (Nota 5)</b>											
<b>Venda de energia elétrica</b>											
<b>Suprimento de energia elétrica</b>											
EDP São Paulo	Controle comum	304,24	01/01/2008 a 31/12/2037	3	3					31	29
EDP São Paulo	Controle comum	306,89	01/01/2009 a 31/12/2038	18	16					144	134
EDP São Paulo	Controle comum	271,71	01/01/2009 a 31/12/2038	57	51					468	439
EDP São Paulo	Controle comum	298,52	01/08/2002 a 15/12/2032	360	333					3.871	3.989
EDP São Paulo	Controle comum	293,26	01/08/2005 a 15/12/2022								
EDP Trading	Controle comum		01/03/2021 a 31/12/2024	9.645	9.513					120.833	119.908
EDP Trading	Controle comum		01/01/2022 a 31/01/2022								6.917
EDP Trading	Controle comum		01/02/2022 a 28/02/2022								1.781
EDP Trading	Controle comum		01/03/2022 a 31/03/2022								2.430
EDP Trading	Controle comum		01/04/2022 a 30/04/2022								2.441
EDP Trading	Controle comum		01/05/2022 a 31/05/2022								9.660
EDP Trading	Controle comum		01/01/2008 a 31/12/2037								2.502
EDP Espírito Santo	Controle comum		01/01/2008 a 31/12/2037	6	5					67	29
EDP Espírito Santo	Controle comum		01/01/2009 a 31/12/2038	14	9					121	134
EDP Espírito Santo	Controle comum		01/01/2009 a 31/12/2038	47	42					395	378
<b>Uso do sistema de transmissão</b>											
EDP São Paulo	Controle comum		01/08/2005 a 15/12/2032	31	27					343	309
				<b>10.181</b>	<b>9.999</b>	-	-	-	-	<b>126.273</b>	<b>151.080</b>
<b>Rendas a Receber (Nota 6)</b>											
<b>Arrendamento UHE Lajeado</b>											
CEB Lajeado	Acionista não controlador		15/01/1998 a 15/01/2033	3.402	3.865					40.824	46.376
Paulista Lajeado	Acionista não controlador		15/01/1998 a 15/01/2033	-	1.352					14.289	16.232
				<b>3.402</b>	<b>5.217</b>	-	-	-	-	<b>55.113</b>	<b>62.608</b>
<b>Fornecedores (Nota 19)</b>											
<b>Suprimento de energia elétrica</b>											
EDP Trading	Controle comum		01/01/2022 a 31/12/2022				5.185			(3.995)	(72.592)
<b>Uso do sistema de transmissão</b>											
Mata Grande Transmissora	Controle comum		01/11/2001 a 31/01/2033			2	1			(19)	(8)
EDP Transmissão Aliança	Controle comum		04/01/2020 a 31/01/2033			53	53			(484)	(416)
EDP Transmissão Litoral Sul	Controle comum		04/01/2020 a 31/01/2033			5	5			(57)	(34)
EDP Transmissão SP-MG	Controle comum		01/01/2021 a 31/01/2033			56	64			(549)	(436)
EDP Goiás	Controle comum		01/11/2001 a 01/01/2033			28	23			(302)	(243)
<b>Contrato de prestação de serviços</b>											
EDP Goiás	Controle comum		01/06/2022 a 31/12/2024			82	553			(970)	(553)
EDP Trading	Controle comum		01/12/2019 a 31/05/2022								(395)
				-	-	<b>226</b>	<b>5.884</b>	-	-	<b>(6.376)</b>	<b>(74.679)</b>
<b>Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 15)</b>											
<b>Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)</b>											
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2019 a 31/12/2027						733	(3.117)	(3.078)
<b>Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (b)</b>											
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2015 a 31/12/2026					286	32	(568)	(485)
EDP São Paulo	Controle comum		01/01/2021 a 31/12/2022						8	(3)	(14)
<b>Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice (c)</b>											
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2019 a 31/12/2023						148	(2.859)	(2.572)
				-	-	-	-	<b>286</b>	<b>921</b>	<b>(6.547)</b>	<b>(6.149)</b>
				<b>13.583</b>	<b>15.216</b>	<b>226</b>	<b>5.884</b>	<b>286</b>	<b>921</b>	<b>168.463</b>	<b>132.860</b>

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado. As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota 33.2.

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro. (a) **Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos:** O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a Companhia e a controladora EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão SP-MG, EDP Transmissão Litoral Sul, EDP Goiás, Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Norte, Porto do Pecém (\*), Investco, Lajeado, Enerpeixe, EDP EDP Trading e EDP Smart Energia. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2027, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 459 de 1º de março de 2023. (b) **Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a controladora possui instalada uma filial.



...continuação

Lajeado Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado						
	31/12/2022	Dividendos	Adicionais	JSCP	Partes beneficiárias	Pagamentos	31/12/2023
<b>Passivo</b>							
EDP - Energias do Brasil	47.392	39.643	96.136	13.553		(143.528)	53.196
CEB Lajeado	7.980		8.859	7.627		(16.839)	7.627
Paulista Lajeado Energia	2.794		3.100	2.670		(5.894)	2.670
Eletrobras	151.960	121.524		14.349	34.889	(151.960)	170.762
Acionistas não controladores (*)	2.812			5			2.817
Governo do Tocantins	3.451	2.886	7.000	986		(10.451)	3.872
	<b>216.389</b>	<b>164.053</b>	<b>115.095</b>	<b>39.190</b>	<b>34.889</b>	<b>(328.672)</b>	<b>240.944</b>

(\*) O saldo de Acionistas não controladores em 31 de dezembro de 2023 de R\$2.817 (R\$2.812 em 31 de dezembro de 2022) refere-se aos montantes os quais a instituição financeira responsável pelas distribuições (agente custodiante) não identificou dados cadastrais de conta corrente válidos para efetuar o devido pagamento. Conforme o disposto no Artigo 287, inciso II, da Lei nº 6.404/76, consideram-se prescritos em três anos os dividendos não pagos contado o prazo da data em que tenham sido postos à disposição do acionista.

12 Cautões e depósitos vinculados

	Controlada				Consolidado			
	Nota	31/12/2022	Adição	Atualização	31/12/2022	Adição	Atualização	31/12/2023
Depósitos judiciais	24	257	301	15	573	1.807	441	148
Total Não Circulante		<b>257</b>	<b>301</b>	<b>15</b>	<b>573</b>	<b>1.807</b>	<b>441</b>	<b>(19)</b>

13 Prêmio de risco - GSF

Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde 92% da exposição ao *Generation Scaling Factor* - GSF é protegida, o saldo do Ativo circulante e Não circulante na Companhia de R\$14.183 (R\$16.885 em 31 de dezembro de 2022) e no Consolidado de R\$14.435 (R\$17.185 em 31 de dezembro de 2022), referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF nas competências de janeiro a dezembro de 2015, amortizável linearmente no período de janeiro de 2015 a março de 2029, de acordo com os Despachos nº 4.130 e 4.133 de 23 de dezembro de 2015. No exercício foram amortizados os montantes na Companhia de R\$2.702 (R\$2.702 em 2022) e no Consolidado de R\$2.750 (R\$2.750 em 2022).

14 Estoques

A totalidade do saldo dos estoques em 31 de dezembro de 2023 de R\$8.275 (R\$7.782 em 31 de dezembro de 2022) refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da UHE Lajeado. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão estão classificados no Imobilizado (Nota 17) pelo montante, em 31 de dezembro de 2023, de R\$991 (R\$922 em 31 de dezembro de 2022). Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

15 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Controladora				Consolidado			
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
<b>Outros créditos - Ativo</b>								
Serviços em curso			3.576			3.729	64	482
Depósitos judiciais					573	257		2.377
Outros		61	48	113	3	737	919	113
Total		<b>3.637</b>	<b>48</b>	<b>686</b>	<b>260</b>	<b>4.466</b>	<b>983</b>	<b>2.972</b>
<b>Outras contas a pagar - Passivo</b>								
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10					432		286
Arrendamentos e aluguéis			128	143	664	793	344	1.551
Obrigações Sociais e Trabalhistas			170	166		2.934	2.759	
Encargos Setoriais	15.1		5.641	4.542		5.687	4.605	
Outros			15	15		1	510	498
Total		<b>5.954</b>	<b>4.866</b>	<b>664</b>	<b>1.226</b>	<b>9.475</b>	<b>8.203</b>	<b>1.838</b>

15.1 Encargos setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Consolidado					
	Nota	31/12/2022	Adição	Atualização	Pagamentos	Saldo em 31/12/2023
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	15.2		895	7.203	(319)	(4.535)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH			3.522	14.874	(16.161)	2.235
Outros encargos			188	2.506	(2.486)	208
Total Circulante			<b>4.605</b>	<b>24.583</b>	<b>(319)</b>	<b>(23.182)</b>

15.2 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Refere-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.2). A Companhia e sua controlada têm a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes à esses programas.

De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, geridos pela controlada, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025, 30% serão destinados a Conta de desenvolvimento energético - CDE.

16 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Controladora, o investimento na Investco, na qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação de 73% dos direitos a voto (capital votante), é avaliado por equivalência patrimonial. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. A consolidação cessará a partir da data em que a Companhia não mais obtiver o controle da investida.

16.1 Movimentação dos investimentos no exercício

	Controladora				% Participação direta			
	Nota	31/12/2022	Amortizações	Equivalência patrimonial	Dividendos / Outros resultados	Saldo em 31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
<b>Investimentos</b>								
Investco		706.897		66.584	(65.089)	28	708.420	73
Direito de Concessão	16.1.1	287.235	(28.722)				258.513	
Total		<b>994.132</b>	<b>(28.722)</b>	<b>66.584</b>	<b>(65.089)</b>	<b>28</b>	<b>966.933</b>	

16.1.1 Direito de Concessão

Refere-se à parcela cindida do ágio incorporado decorrente da aquisição de ações, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e ICPC 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Investco.

O ágio é baseado em rentabilidade futura, suportado por laudo de avaliação econômico-financeiro emitido por avaliador independente e está sendo amortizado linearmente, até dezembro de 2032, não gerando benefícios fiscais para a Companhia.

Para fins de consolidação, o Direito de Concessão é classificado como Intangível (Nota 18).

16.2 Participação direta do investimento

	Investco			31/12/2023		31/12/2022	
	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022		
Ações / Quotas possuídas pela Companhia (Mil)							
Ordinárias				293.608	293.608		
Preferenciais				197.007	197.007		
% de participação da Companhia							
Capital social integralizado				62,39	62,39		
Capital votante				73,00	73,00		
Ativos totais				1.257.378	1.269.669		
Passivos (Circulantes e Não circulantes)				287.137	301.314		
Patrimônio líquido				970.441	968.355		
Receitas				196.280	220.982		
Resultado líquido do exercício				91.211	110.356		

16.3 Reconciliação das demonstrações financeiras do Investimento

	Investco			31/12/2023		31/12/2022	
	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022		
Patrimônio líquido - Saldo inicial				968.354	912.677		
Distribuição de dividendos aos acionistas				(89.163)	(54.907)		
Lucro líquido do exercício				91.211	110.356		
Outros resultados abrangentes				38	229		
<b>Patrimônio líquido - Saldo final</b>				<b>970.440</b>	<b>968.355</b>		
Percentual de participação societária - %				73%	73%		
Participação nos investimentos				708.420	706.898		
Direito de concessão				258.513	287.235		
<b>Saldo contábil do investimento na Controladora</b>				<b>966.933</b>	<b>994.133</b>		

17 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e em condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retratada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria.

17.1 Composição do Imobilizado

	Controladora					
	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2023	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2022
<b>Imobilizado em serviço</b>						
Administração						
Móveis e utensílios	6,25	58	(58)	-	6,25	58
<b>Total do Imobilizado em serviço</b>		<b>58</b>	<b>(58)</b>	<b>-</b>	<b>58</b>	<b>(58)</b>
<b>Ativos de direito de uso (Nota 17.1.1)</b>						
Edificações, obras civis e benfeitorias	8,69	894	(205)	689	8,69	894
<b>Total Ativos de direito de uso</b>		<b>894</b>	<b>(205)</b>	<b>689</b>	<b>894</b>	<b>(133)</b>
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>952</b>	<b>(263)</b>	<b>689</b>	<b>952</b>	<b>(191)</b>

	Consolidado					
	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2023	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2022
<b>Imobilizado em serviço</b>						
Terrenos		117.759			117.759	
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	697.232	(290.993)	406.239	2,00	696.032
Edificações, obras civis e benfeitorias	1,47	336.468	(164.305)	172.163	2,23	334.371
Máquinas e equipamentos	3,47	440.348	(246.409)	193.939	3,12	436.141
Veículos	14,29	841	(627)	214	14,29	598
Móveis e utensílios	6,26	1.002	(351)	651	7,17	1.002
		<b>1.593.650</b>	<b>(702.685)</b>	<b>890.965</b>	<b>1.585.903</b>	<b>(667.294)</b>

	Consolidado					
	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2023	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2022
<b>Imobilizado em serviço</b>						
Terrenos (Nota 24.1.1.1)		11.124			11.124	
Outros		9.909			9.909	
Administração		823		823		
<b>Total do Imobilizado em curso</b>		<b>21.856</b>	<b>-</b>	<b>21.856</b>	<b>26.436</b>	<b>-</b>
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>1.639.511</b>	<b>(718.170)</b>	<b>921.361</b>	<b>1.636.167</b>	<b>(682.106)</b>

	Consolidado					
	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2023	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2022
<b>Imobilizado em serviço</b>						
Terrenos		117.759			117.759	
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	697.232	(290.993)	406.239	2,00	696.032
Edificações, obras civis e benfeitorias	1,47	336.468	(164.305)	172.163	2,23	334.371
Máquinas e equipamentos	3,47	440.348	(246.409)	193.939	3,12	436.141
Veículos	14,29	841	(627)	214	14,29	598
Móveis e utensílios	6,26	1.002	(351)	651	7,17	1.002
		<b>1.593.650</b>	<b>(702.685)</b>	<b>890.965</b>	<b>1.585.903</b>	<b>(667.294)</b>
<b>Imobilizado em curso</b>						
Terrenos (Nota 24.1.1.1)		11.124			11.124	
Outros		9.909			9.909	
Administração		823		823		
<b>Total do Imobilizado em curso</b>		<b>21.856</b>	<b>-</b>	<b>21.856</b>	<b>26.436</b>	<b>-</b>
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>1.639.511</b>	<b>(718.170)</b>	<b>921.361</b>	<b>1.636.167</b>	<b>(682.106)</b>

17.1.1 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2) descritos abaixo:

• **Edificações, obras civis e benfeitorias:** referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) ao escritório administrativo da controlada da Companhia localizada em Palmas; e (ii) à sede da Companhia e à filial da controlada localizadas em São Paulo.

• **Veículos:** refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

17.2 Movimentação do Imobilizado

	Controladora		
	Valor líquido em 31/12/2022	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2023
<b>Ativos de direito de uso</b>			
Edificações, obras civis e benfeitorias	761	(72)	689
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>761</b>	<b>(72)</b>	<b>689</b>

	Consolidado				
	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos	Depreciações	Reclassificações	Valor líquido em 31/12/2023
<b>Imobilizado em serviço</b>					
Terrenos		117.759			117.759
Reservatórios, barragens e adutoras		418.973	1.199 (1.933)		406.239
Edificações, obras civis e benfeitorias		177.815	2.097 (7.521)		172.391
Máquinas e equipamentos		209.870	4.256 (14.267)		199.859
Veículos		397	379 (171)		605
Móveis e utensílios		1.347	- (187)		1.180
<b>Total do Imobilizado em serviço</b>	<b>926.161</b>	<b>-</b>	<b>7.931 (36.059)</b>	<b>-</b>	<b>898.033</b>

	Consolidado		
--	-------------	--	--



NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

20 Debêntures  
20.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Controladora e Consolidado							
										31/12/2023				31/12/2022			
										Encargos		Principal	Total	Encargos		Principal	Total
										Circulante	Circulante			Não circulante	Circulante		
Moeda Nacional																	
(-) Custos de emissão				(608)		21/06/2021 a 17/06/2024			Amortização mensal		(99)		(99)		(296)	(296)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	150.000	1	150.000	5ª emissão em 21/06/2021	21/06/2021 a 17/06/2024	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 1,05% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral	2.689	150.000		152.689	901	150.000	150.901	
(-) Custos de emissão				(631)		05/05/2022 a 05/05/2025			Amortização mensal			(290)	(290)		(494)	(494)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	200.000	1	200.000	6ª emissão em 05/05/2022	05/05/2022 a 05/05/2025	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 1,45% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral	1.749		200.000	201.749	4.327	200.000	204.327	
Total geral										4.438	149.901	199.710	354.049	5.228	349.210	354.438	

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financeiramente na demonstração de fluxo de caixa.

20.2 Movimentação das debêntures no exercício

	Controladora e Consolidado					Valor líquido em 31/12/2023
	Valor líquido em 31/12/2022	Juros provisionados	Amortização do custo de transação	Transferências	Pagamentos	
Circulante						
Debêntures						
Principal	-			150.000		150.000
Juros	5.228	49.017		(500)	(49.807)	4.438
Custo de transação	-		401	(500)		(99)
	5.228	49.017	401	149.500	(49.807)	154.339
Não circulante						
Debêntures						
Principal	350.000			(150.000)		200.000
Custo de transação	(790)			500		(290)
	349.210	-	-	(149.500)	-	199.710

20.3 Vencimento das parcelas

Controladora e Consolidado	
Vencimento	
Circulante	
2024	154.339
	154.339
Não circulante	
2025	199.710
	199.710
Total	354.049

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 160/22, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos. As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

- Para todas as emissões:
  - (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;
  - (ii) descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à remuneração, não sanadas no período estipulado;
  - (iii) pedido de autolência, liquidação, dissolução ou decretação de falência;
  - (iv) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;
  - (v) transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para qualquer outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
  - (vi) não destinação, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos da Cláusula 5 das escrituras e/ou utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão em atividades ilícitas e em desconformidade com as leis, regulamentos e normas relativas à proteção ao meio ambiente, ao direito do trabalho, segurança e saúde ocupacional, além de outras normas que lhe sejam aplicáveis em função de suas atividades;
  - (vii) rescisão, caducidade, encampação, intervenção, anulação, advento do termo final sem a devida prorrogação, ou qualquer outra forma de perda definitiva da Concessão; e
  - (viii) não observância, pela Companhia, do índice financeiro resultante da divisão Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,5 (três inteiros e cinco décimos).

- Específicas para a 5ª emissão:
  - (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Companhia no mercado de capitais, local ou internacional, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$75.000, (setenta e cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo vencimento antecipado;
  - (ii) protesto de títulos contra a Companhia, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo protesto, exceto se, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de conhecimento de tal protesto pela Companhia, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que o protesto (a) foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; (b) sustado e/ou cancelado; ou (c) tenha sua exigibilidade suspensa por medida judicial cabível;
  - (iii) intervenção ou interrupção das atividades da Companhia, por um período superior a 30 (trinta) Dias Úteis, (a) por revogação, suspensão ou extinção do não renovação das autorizações, subvenções, alvarás ou licenças (excluindo as ambientais necessárias para o período de suas atividades); ou (b) em decorrência de arresto, sequestro, penhora ou qualquer outra medida judicial que implique perda da propriedade ou posse direta da totalidade ou parte substancial dos ativos da Companhia;
  - (iv) revelarem-se falsas, incorretas ou incompletas (nestes dois últimos casos, em seus aspectos relevantes), quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Companhia nesta Escritura de Emissão, incluindo, mas sem limitação àquelas relacionadas à Legislação Sociambiental e à Lei Anticorrupção, no momento em que foram prestadas;
  - (v) venda, cessão, locação ou alienação, pela Companhia, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, da totalidade ou parte relevante de seus ativos, exceto se, cumulativamente, (a) no curso normal de seus negócios; e (b) o montante envolvido não for superior a R\$75.000, de forma individual ou agregada, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores à respectiva venda, cessão, locação ou alienação, e (c) de forma que não afete substancial e adversamente a condição econômica e/ou financeira da Companhia;
  - (vi) inadimplemento, pela Companhia, de quaisquer obrigações pecuniárias, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior ao montante total de R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento; e
  - (vii) inadimplemento, pela Companhia, de sentença judicial, ou decisão administrativa, e/ou decisão arbitral contra a Companhia cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$75.000, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento, sem que esteja em curso eventual ajuizamento, pela Companhia, de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos da referida sentença judicial ou decisão administrativa, ou decisão arbitral.
- Específicas para a 6ª emissão:
  - (i) de capitais, local ou internacional, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$100.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo vencimento antecipado; ou
  - (ii) protesto de títulos contra a Companhia, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$100.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo protesto, exceto se, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de conhecimento de tal protesto pela Companhia, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que o protesto (a) foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; (b) sustado e/ou cancelado; ou (c) tenha sua exigibilidade suspensa por medida judicial cabível;
  - (iii) venda, cessão, locação ou alienação, pela Companhia, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, da totalidade ou parte relevante de seus ativos, exceto se, cumulativamente, (a) no curso normal de seus negócios; e (b) o montante envolvido não for superior a R\$100.000, de forma individual ou agregada, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores à respectiva venda, cessão, locação ou alienação, e (c) de forma que não afete substancial e adversamente a condição econômica e/ou financeira da Companhia;
  - (iv) inadimplemento, pela Companhia, de sentença judicial, ou decisão administrativa, e/ou decisão arbitral contra a Companhia cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$100.000, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento, sem que esteja em curso eventual ajuizamento, pela Companhia, de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos da referida sentença judicial ou decisão administrativa, ou decisão arbitral; e
  - (v) inadimplemento, pela Companhia, de quaisquer obrigações pecuniárias, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior ao montante total de R\$100.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento. A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no exercício de 31 de dezembro de 2023 encontram-se em conformidade nos respectivos contratos de debêntures.

21 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas  
21.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Característica	Forma de pagamento	Consolidado							
		31/12/2023				31/12/2022			
		Encargos		Principal		Encargos		Principal	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional									
Ações recebíveis cumulativa	Contratos de Mútuo	10.393	32.231	54.621	97.245	10.879	29.310	62.768	102.957
Total		10.393	32.231	54.621	97.245	10.879	29.310	62.768	102.957

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Investco no montante original de R\$144.556, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos. O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$97.245 (R\$102.957 em 31 de dezembro de 2022) contempla o montante original e os juros até 2035 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação das ações. Devido as suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.

21.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

	Consolidado					Valor líquido em 31/12/2023
	Valor líquido em 31/12/2022	Pagamentos	Juros provisionados (Notas 21.2.1 e 3.2)	Transferências	Ajuste a valor presente (Nota 3.2)	
Circulante						
Juros	10.879	(25.395)	20.574	4.335		10.393
	10.879	(25.395)	20.574	4.335	-	10.393
Não circulante						
Principal	62.768				(8.147)	54.621
Juros	29.310		11.691	(4.335)	(4.435)	32.231
	92.078	-	11.691	(4.335)	(12.582)	86.852

Acionistas não controladores (\*)

21.2.1 Juros provisionados

Referem-se aos dividendos complementares destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A", "B" e "C", conforme descrito nos artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Investco, registrados em contrapartida da despesa financeira (Nota 28).

21.3 Vencimento das parcelas

Consolidado	
Circulante	
2024	10.393
	10.393
Não circulante	
2025	4.807
2026	5.280
2027	5.788
2028	6.337
2029 até 2033	64.640
	86.852
Total	97.245

22 Benefícios pós-emprego

A Companhia e a controlada mantêm atualmente plano de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores na modalidade de Contribuição definida e a controlada Investco mantêm plano de Assistência médica decorrente da Lei nº 9.656/98 na modalidade de benefício definido. Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 110/22, a contabilização de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Investco contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial para o plano de Assistência médica, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado. A Investco reconhece as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data das demonstrações financeiras individuais, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefício definido são reconhecidos no período em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no período em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente. As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do período em que os serviços são prestados.

Assistência médica - Lei nº 9.656/98	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	60	44	1.227	1.121
	60	44	1.227	1.121

22.1 Assistência médica Lei nº 9.656/98: Benefício definido

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo de Assistência médica da Investco de abril de 2005 até dezembro de 2011 atendiam a essa condição. A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2023 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo benefício definido. Segue abaixo a movimentação das obrigações do plano de benefícios reconhecidos no passivo atualizados no exercício:

	Consolidado	
	Nota	Valor presente das obrigações do plano
Saldos em 31 de dezembro de 2022		(1.165)
Custo do serviço corrente		(49)
Custo dos juros	28	(118)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL		59
Contribuições pagas pela Companhia		(14)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		(1.287)

22.2 Contribuição definida

A Companhia, sua controlada e as demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil são patrocinadoras do Plano Energias do Brasil administrado pela Enervprev, o qual encontra-se aberto para adesão de novos participantes. Neste plano, o participante pode contribuir com o percentual fixo de 1% até 7% do salário de contribuição, no qual o percentual da contribuição das patrocinadoras em seu favor no referido plano também ocorrerá na mesma proporção, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia e as demais patrocinadoras. Os participantes poderão ainda participar com contribuições voluntárias mensais, que equivalem a um percentual de sua livre escolha aplicado sobre o seu salário de contribuição, ou anuais, por meio de um valor único a escolha do participante. Este tipo de contribuição é efetuada adicionalmente à contribuição básica, sem a proporcional contribuição das patrocinadoras. Na qualidade de patrocinadora, a Companhia e a controlada contribuíram no exercício com R\$244 (R\$325 em 2022). Esses planos em 31 de dezembro de 2023 tem a adesão de 58 colaboradores (47 em 31 de dezembro de 2022).

23

23.0 Uso do bem público - UBP  
Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1). O valor justo total da obrigação relacionada com o UBP, até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 18) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representava o custo médio de capital da Investco na data da assinatura do contrato de concessão. Segue abaixo movimentação no exercício:

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2022	Ajuste a valor presente	Encargos e atualizações monetárias (Nota 27.1)	Pagamentos	Transferência
Circulante					
Uso do bem público	8.224	9	(235)	(8.321)	8.326
	8.224	9	(235)	(8.321)	8.326
Não circulante					
Uso do bem público	68.578	5.266	(2.631)		(8.326)
	68.578	5.266	(2.631)	-	(8.326)

24 Provisões

	Controladora		Consolidado			
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Circulante 31/12/2023	31/12/2022	Não circulante 31/12/2023
Provisões cíveis e fiscais	24.1	1.519	479			9.346
Licenças ambientais	24.2			5.411	6.434	10.578
Total		1.519	479	5.411	6.434	19.924

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

24.1 Provisões cíveis e fiscais

A Companhia e sua controlada são partes em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis e outros assuntos. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revisadas periodicamente com o auxílio de assessores jurídicos.

24.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

		Controladora							
		Passivo				Ativo			
		Saldo em	Adições	Pagamentos	Reversão	Atualização	Saldo em	Depósito Judicial	
		31/12/2022				monetária	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
Fiscais		465	74	(84)		42	497	257	257
Outros		14	1.416	(337)	(75)	4	1.022		
Total Não circulante		479	1.490	(421)	(75)	46	1.519	257	257
		Passivo				Ativo			
		Saldo em	Adições	Baixas	Reversões	Atualização	Saldo em	Depósito Judicial (Nota 15)	
		31/12/2022			monetária	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	
		Cíveis		15.833	1.323	(10.088)	(574)	953	7.447
Fiscais		465	74	(84)		42	497	257	257
Outros		494	1.625	(538)	(183)	4	1.402		
Total Não circulante		16.792	3.022	(10.710)	(757)	999	9.346	504	480

24.1.1.1 Cíveis

Ação Anulatória nº 0038123-79.2015.8.27.2729 - Ação proposta pela Investco visando anular o Auto de Infração Ambiental 122926/2014 instaurado pelo Naturatins, o Órgão Ambiental Competente. A Investco entrou com uma ação anulatória para contestar um Auto de Infração Ambiental emitido pela Naturatins por suposto descumprimento de medidas ordinárias. Inicialmente, o caso foi classificado como remoto devido à consistência das teses e argumentos da Investco. No entanto, após uma decisão do STJ que negou a providência do recurso, os assessores jurídicos atualizaram a classificação do risco para provável em 30 de junho de 2023. Naquela data, o caso era avaliado em R\$11.408. Em agosto do mesmo ano, a Investco aderiu ao Refis/ TO - Programa de Recuperação de Créditos Fiscais do Estado, pagando R\$5.



...continuação

Lajeado Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**24.1.2.3 Risco de perda remota**  
Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais Consolidado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$968 (R\$1.254 em 31 de dezembro de 2022).

**24.2 Licenças ambientais**  
Referem-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadaas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IPCA.

A Investco realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa implícita ao projeto de 8,5% a.a., e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Em 22 de dezembro de 2014 foi emitida pelo Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins a renovação da Licença de Operação - LO nº 11.182/14, válida pelo período de 5 anos, a contar da data de emissão. Como condicionantes da LO, a Investco deverá dar continuidade a determinados PBAs relacionados às licenças anteriores.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Investco consultou seus assessores jurídicos que avaliaram que as medidas de natureza continuada previstas na licença sob prorrogação automática possuem validade prorrogada e que a legislação prevê prazos mínimo e máximo para a vigência da LO, portanto, a Investco entende que é possível considerar, para fins de provisionamento, as obrigações continuadas pelo prazo de mais 5 anos, previsto na Resolução CONAMA 237/97, por este motivo, em 31 de dezembro de 2023, foram adicionados R\$14.276 conforme demonstrado no quadro abaixo.

A Investco segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizada por órgãos e agências governamentais, a Investco investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável. Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Investco.

Consolidado						
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	AVP
Circulante	6.434	3.698	(7.602)	360	2.077	444
Não circulante	1.991	10.578	-	86	(2.077)	-
Total	8.425	14.276	(7.602)	446	-	444
						15.989

25 Patrimônio líquido

25.1 Capital social

O Capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é de R\$6.868. As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável. As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

A composição do Capital social em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, está demonstrada a seguir:

	Quantidade de ações "ON"	% Participação	Quantidade de ações "PNA"	% Participação	Quantidade de ações "PNB"	% Participação	Quantidade Total de ações	% Participação total
EDP - Energias do Brasil	113.690.037	100,00%					113.690.037	55,86%
Governo do Estado de Tocantins					8.278.231	100,00%	8.278.231	4,07%
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras			81.549.616	100,00%			81.549.616	40,07%
Outros	4	0,00%	4	0,00%	8	0,00%	8	0,00%
Total	113.690.041	100,00%	81.549.620	100,00%	8.278.231	100,00%	203.517.892	100,00%

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

25.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada período será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
  - (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e
  - (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.
- Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
<b>Lucro a ser destinado</b>			
Lucro líquido apurado no exercício		348.890	310.826
		348.890	310.826
<b>Destinação do lucro</b>			
Dividendos intermediários - JSCP	11	33.985	32.583
Dividendos complementares	11	115.963	144.025
Partes beneficiárias	25.3.1	34.889	31.082
Lucro do exercício a deliberar	25.3	164.053	103.136
		348.890	310.826
Dividendos por ação PNA - JSCP		0,10481	0,10481
Dividendos por ação PNB - JSCP		0,11738	0,11738
Dividendos por ação ON - JSCP		0,11738	0,11738
Dividendos intermediários PNA		0,37426	0,37426
Dividendos intermediários PNB		0,52046	0,52046
Dividendos intermediários ON		0,52046	0,52046

De acordo com o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais classes "A" e "B" têm as seguintes vantagens:  
(i) As ações preferenciais classe "A" gozam do direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial classe "A", 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária; e  
(ii) As ações preferenciais classe "B" gozam do direito de:

- prioridade no recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, no valor de R\$748; e
- recebimento de dividendo adicional, quando e no montante que o dividendo pago às ações ordinárias exceder o mínimo garantido às ações preferencias classe "B", calculado por ação, sendo que o pagamento dos dividendos das ações preferenciais classe "B" é subordinado ao pagamento das ações preferenciais classe "A".

O Acordo de Acionistas celebrado com a Eletrobras prevê: (i) distribuição integral dos lucros apurados na forma de dividendos e/ou Juros Sobre o Capital Próprio; e (ii) garantia de rendimento à Eletrobras equivalente a 49,67% do lucro de cada período, composto pelos dividendos das ações preferenciais, das partes beneficiárias e reservas constituídas, exceto a de investimentos.

25.3 Reservas

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
<b>Reservas de capital</b>			
Partes beneficiárias	25.3.1	451.376	451.376
Ágio na incorporação de sociedade controladora	25.3.2	127.827	127.827
		579.203	579.203
<b>Reservas de lucros</b>			
Legal		1.372	1.372
Lucro do exercício a deliberar	25.3.3	1.372	103.136
Total		1.372	104.508
		580.575	683.711

25.3.1 Partes beneficiárias

A Companhia, em AGE de 15 de fevereiro de 2006, aprovou a alteração no Estatuto, criando: (i) 53.210.337 ações preferenciais nominativas não conversíveis, sem direito a voto e que terão direito ao recebimento de dividendos 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária; e (ii) 10.000 partes beneficiárias, sem valor nominal, negociáveis e estranhas ao Capital social, conferindo aos seus titulares direito de crédito eventual contra a Companhia, no montante equivalente a 10% do lucro anual apurado pela Companhia, observado o disposto na Lei nº 6.404/76.

Estas ações, bem como as partes beneficiárias, foram integralmente subscritas e adquiridas, naquela data, pela Eletrobras. O prazo de duração das partes beneficiárias é até 31 de outubro de 2032, quando serão, caso não tenham sido resgatadas, automaticamente convertidas em ações preferencias Classe "A" (Artigo 14 do Estatuto) correspondente a 5,084% do total das ações emitidas pela Companhia (Artigo 14, Parágrafos 1º e 2º do Estatuto). O resgate pode ocorrer a qualquer tempo por deliberação da Companhia até o término do prazo de duração das partes beneficiárias. O instrumento denominado partes beneficiárias cumpre com os itens 16C e 16D do CPC 39, e como tal, é classificado como um instrumento patrimonial. Além do exposto, o item AG26 do CPC 39 descreve que, quando as distribuições aos acionistas das ações preferenciais, cumulativas ou não, ocorre de acordo com o critério do emissor, as ações são instrumentos patrimoniais.

Assim, consideramos que ações ordinárias, ações preferenciais e partes beneficiárias devem ser classificadas como o mesmo tipo de instrumento, ou seja, patrimonial, pois possuem basicamente as mesmas características.

Durante a análise do CPC 48, no item 35, a Administração da Companhia entendeu que a distribuição deste instrumento patrimonial deve ser registrada diretamente no Patrimônio Líquido.

25.3.2 Ágio na incorporação de sociedade controladora

O valor do acervo líquido incorporado pela Companhia, no montante de R\$127.827, foi integralmente destinado à Reserva Especial de Ágio na Incorporação, registrado no Patrimônio líquido da Companhia na forma do disposto no artigo 6º da Instrução CVM nº 319/99, sem alteração, do montante do capital subscrito e integralizado (Nota 18.1.3.1).

25.3.3 Lucro do exercício a deliberar

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital. O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$103.136 foi distribuído como dividendos (Nota 11) conforme deliberação da AGO realizada em 28 de abril de 2023.

25.4 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, na controlada Investco, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no período é a seguinte:

	Controladora		
	Saldo em 31/12/2022	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2023
Ganhos e (Perdas) atuariais: Benefícios pós-emprego da controlada	470	28	498
	470	28	498

26 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia e sua controlada, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia e sua controlada são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia e sua controlada reconhecem sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia e sua controlada poderão vender a energia produzida na UHE Lajeado em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.
- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.
- **Arrendamentos e aluguéis:** A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e reconhecida em base mensal conforme os contratos de arrendamento.

		Controladora				Consolidado			
		MWh	R\$			MWh	R\$		
Nota		2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Suprimento de energia elétrica	26.1	2.919.800	3.110.011	799.735	804.800	2.954.487	3.144.837	810.978	815.584
Energia de curto prazo	26.2	14.732	32.710	8.733	11.951	18.383	35.836	9.050	12.281
Arrendamentos e aluguéis								55.113	62.608
Outras receitas operacionais				42.362	38.092			43.352	38.986
<b>Receita operacional bruta</b>		<b>2.934.532</b>	<b>3.142.721</b>	<b>850.830</b>	<b>854.843</b>	<b>2.972.870</b>	<b>3.180.673</b>	<b>918.493</b>	<b>929.459</b>
(-) Deduções à receita operacional									
Tributos sobre a receita									
PIS/COFINS				(78.707)	(79.073)			(84.967)	(85.975)
P&D				(7.091)	(6.972)			(7.203)	(7.059)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH				(14.671)	(16.611)			(14.874)	(16.841)
Outros encargos				(2.472)	(2.229)			(2.506)	(2.259)
		-	-	(102.941)	(104.885)	-	-	(109.550)	(112.134)
<b>Receitas</b>		<b>2.934.532</b>	<b>3.142.721</b>	<b>747.889</b>	<b>749.958</b>	<b>2.972.870</b>	<b>3.180.673</b>	<b>808.943</b>	<b>817.325</b>

**26.1 Suprimento de energia elétrica**  
A variação no exercício é decorrente da diminuição do volume de energia vendida, ocasionando assim, em uma diminuição financeira dos contratos de suprimento de energia elétrica.

26.2 Energia de curto prazo

A variação no exercício refere-se, principalmente, às sobras de energia comercializadas junto à CCEE em 2023 quando comparado ao mesmo período de 2022, que foram impactadas entre outros motivos, pela Revisão Ordinária de Garantia Física 2022/2023 (Portaria GM/MME nº 709/2022), a qual reduziu a garantia física de Lajeado em 5% desde janeiro de 2023.

27 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia e sua controlada classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados à operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia e da controlada representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

		Controladora			
		2023		Despesas Operacionais	
		Custo do serviço		Gerais e administrativas	
Nota		Com energia elétrica	De operação	Outras	Total
27.1		25.925			25.925
		65.135			65.135
27.2			396	2.771	3.167
			2	(24)	(22)
27.3			46	1.774	1.820
			72		72
27.4				44.666	44.666
			135.127		135.127
		271	2	92	366
		91.331	135.645	49.279	276.255

		Consolidado			
		2023		Despesas Operacionais	
		Custo do serviço		Gerais e administrativas	
Nota		Com energia elétrica	De operação	Outras	Total
27.1		75.399			75.399
		58.629			58.629
27.2			888	1.985	2.873
				13	13
27.3			115	1.083	1.198
				74	74
27.4				44.661	44.661
			153.595	38	153.633
		294		105	399
		134.322	154.598	47.959	336.882

		Consolidado			
		2023		Despesas Operacionais	
		Custo do serviço		Gerais e administrativas	
Nota		Com energia elétrica	De operação	Outras	Total
27.1		26.074			26.074
		66.037			66.037
27.2			15.337	6.252	21.589
			111	(24)	87
27.3			7.410	6.829	14.239
			35.787		35.787
			222		222
27.4			4.337	45.081	49.418
				4.279	4.279
			248		248
		275	278	1.025	1.578
		92.386	63.730	58.163	214.279

		Consolidado			
		2023		Despesas Operacionais	
		Custo do serviço		Gerais e administrativas	
Nota		Com energia elétrica	De operação	Outras	Total
27.1		75.463			75.463
		59.440			59.440
		(3.269)			(3.269)
27.2			14.733	6.455	21.188
			1.017	13	1.030
27.3			7.751	5.026	12.777
			35.174	111	35.285
				258	258
27.4			5.438	44.950	50.388
				33	33
			83	153	236
		298	337	1.289	1.924
		131.932	64.533	58.255	254.720

27.1 Energia elétrica comprada para revenda

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2023	2022	2023	2022
Contratos de compra de energia por quantidade	27.1.1	3.995	72.591	3.995	72.591
Energia de curto prazo	27.1.2	28.784	16.659	29.034	16.844
Outros		1.758	3.150	1.786	3.193
(-) Ressarcimentos CCEE		(5.969)	(9.315)	(6.083)	(9.473)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(2.643)	(7.686)	(2.658)	(7.692)
Total		25.925	75.399	26.074	75.463







NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

• **Caixa e Equivalentes de caixa**

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia e sua controlada operam apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia e sua controlada a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

**31.2.6 Risco regulatório**

As atividades da Companhia e de sua controlada são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, Agência Nacional de Águas - ANA) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, EPE, CONAMA, ONS etc.). A Companhia e sua controlada têm o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia e sua controlada atuam na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

**31.2.7 Gestão de capital**

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e de sua Controlada para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinarciar as dívidas existentes.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Total dos empréstimos e debêntures	354.049	354.438	451.294	457.395
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(185.371)	(93.910)	(443.373)	(349.654)
Dívida líquida	168.678	260.528	7.921	107.741
Total do Patrimônio líquido	703.904	691.049	965.923	952.505
Total do capital	872.582	951.577	973.844	1.060.246
Índice de alavancagem financeira - %	19,33%	27,38%	0,81%	10,16%

32 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

32.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

		2023					
		Controladora		Efeito não caixa			
		Saldo em	Efeito	Ajuste a valor	Adições/	Outros	Saldo em
		Nota	31/12/2022	caixa	presente	baixas	31/12/2023
<b>(Aumento) diminuição de ativos de financiamento</b>							
Títulos a receber e empréstimos a receber							
			8.876	(1.724)		1.232	8.384
			8.876	(1.724)	-	1.232	8.384
<b>Aumento (diminuição) de passivos financiamento</b>							
Dividendos							
		11	202.803	(305.939)		296.077	34.889
							227.830
Debêntures							
		20	354.438	(49.807)		49.418	354.049
			936	(292)		148	792
			558.177	(356.038)		148	345.495
							34.889
							582.671
<b>Movimento relativo às atividades de financiamento</b>							
<b>(Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)</b>							
			549.301	(354.314)		148	344.263
							34.889
							574.287

		2022					
		Controladora		Efeito não caixa			
		Saldo em	Efeito	Ajuste a valor	Adições/	Outros	Saldo em
		31/12/2021	caixa	presente	baixas		30/09/2022
<b>(Aumento) diminuição de ativos de financiamento</b>							
Títulos a receber e empréstimos a receber							
			8.181	(433)		1.128	8.876
			8.181	(433)	-	1.128	8.876
<b>Aumento (diminuição) de passivos financiamento</b>							
Dividendos							
			167.661	(279.647)		283.707	31.082
							202.803
Debêntures							
			301.593	(4.083)		56.928	354.438
			926	(139)		102	47
			470.180	(283.869)		102	340.682
							31.082
							558.177
<b>Movimento relativo às atividades de financiamento</b>							
<b>(Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)</b>							
			461.999	(283.436)		102	339.554
							31.082
							549.301

		2023					
		Consolidado		Efeito não caixa			
		Saldo em	Efeito	Ajuste a valor	Adições/	Outros	Saldo em
		Nota	31/12/2022	caixa	presente	baixas	31/12/2023
<b>Aumento (diminuição) de passivos financiamento</b>							
Dividendos							
		11	216.389	(328.673)		318.339	34.889
							240.944
Debêntures							
		20	354.438	(49.807)		49.418	354.049
		21	102.957	(25.396)	(12.582)	32.266	97.245
			1.886	(420)		193	236
							1.895
<b>Movimento relativo às atividades de financiamento</b>							
<b>(Passivos de financiamento)</b>							
			675.670	(404.296)	(12.389)	400.259	34.889
							694.133

		2022					
		Consolidado		Efeito não caixa			
		Saldo em	Efeito	Ajuste a valor	Adições/	Outros	Saldo em
		31/12/2021	caixa	presente	baixas		30/09/2022
<b>Aumento (diminuição) de passivos financiamento</b>							
Dividendos							
			174.186	(285.512)		296.633	31.082
							216.389
Debêntures							
			301.593	(4.083)		56.928	354.438
			92.561	(7.579)	7.688	10.287	102.957
			2.393	(386)		234	(355)
							1.886
<b>Movimento relativo às atividades de financiamento</b>							
<b>(Passivos de financiamento)</b>							
			570.733	(297.560)	7.922	363.493	31.082
							675.670

32.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
Luiz Otavio Assis Henrique Conselheiro		João Manuel Veríssimo Marques da Cruz Conselheiro		Jonatan Ross Conselheiro	
				Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire Conselheiro	
				Marcello Nascimento Cabral da Costa Conselheiro	

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otavio Assis Henriques Diretor-Presidente e Diretor Executivo		Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho Diretor Técnico		Luiz Felipe Falcone de Souza Diretor	
---	--	--	--	---	--

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)		Carla Renata Baptista Controladora - CRC 15P328362/O-5	
--	--	---	--

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Lajeado Energia S.A.

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Lajeado Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS")

**Base para opinião**

Nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS")

**Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<b>Reconhecimento da receita de Suprimento de energia elétrica (Notas 1.1, 5 e 26)</b>	Nossa abordagem de auditoria inclui, entre outros, a avaliação do desenho controles internos da Companhia relacionados aos cálculos utilizados para mensurar a receita.
Conforme descrito nas notas explicativas nº 1.1, 5 e 26 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia decorre substancialmente do suprimento de energia elétrica comercializada na condição de Produtor Independente, nos termos estabelecidos pelo contrato de concessão. Os contratos de venda de energia firmados pela Companhia foram comercializados no Ambiente de Contratação Livre - ACL e no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. A contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca do suprimento de energia corresponde ao fator entre o volume liquidado fisicamente e o preço de liquidação das diferenças (PLD) da energia.	Adicionalmente, examinamos as planilhas de controle da receita e executamos testes de recálculo dos valores considerando os dados e informações contidos no contrato de concessão e contratos de venda de energia.
Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em função da relevância das receitas nas demonstrações financeiras da Companhia.	Também avaliamos as divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.
	Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que o processamento, o registro e o reconhecimento da receita realizados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão consistentes com os dados e informações obtidos em nossa auditoria.

**Outros assuntos**

**Demonstrações do Valor Adicionado**

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Valores correspondentes ao exercício anterior**

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 27 de fevereiro de 2023, sem ressalvas.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
		60.176	34.942		
		296.077	256.011	318.338	338.842
				(2.014)	
				14.276	
					3.269
					11.728
			47	236	(355)
		356.253	291.000	330.836	353.484

33 Compromissos contratuais e Garantias

33.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia e sua controlada apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeira individuais e consolidadas, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e de sua controlada, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e descontadas a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

		Controladora					
		31/12/2023			31/12/2022		
		2024	2025 e 2026	2027 e 2028	A partir de 2029	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais		116.541	209.927	176.082	265.802	768.352	834.191
Obrigações de compra							
Materiais e serviços		3.497	1.576	543	356	5.972	8.261
Prêmio de risco - GSF					25.159	25.159	25.159
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures		30.582	4.555		35.137	83.704	83.704
		150.620	216.058	176.625	291.317	834.620	951.315
		31/12/2023			31/12/2022		
		2024	2025 e 2026	2027 e 2028	A partir de 2029	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais		96	74			170	
Obrigações de compra							
Materiais e serviços		24.155	21.667	3.383	1.852	51.057	36.447
Prêmio de risco - GSF					25.637	25.637	25.605
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures		30.582	4.555		35.137	83.704	83.704
		26.565	26.565	3.282	27.489	83.704	83.704